



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 955/2025/ASPAR/MS

Brasília, 07 de agosto de 2025.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Carlos Veras

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 2008/2025

Assunto: Informações a respeito do processo preparatório para a 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNTs).

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 234/2025, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente a o **Requerimento de Informação nº 2008/2025**, de autoria do **Deputado Federal José Medeiros - PL/MT**, por meio do qual são requisitadas informações a respeito do processo preparatório para a 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNTs), sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pelas áreas técnicas da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais por meio de Despacho (0049356134).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

Ministro de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha Santos Padilha, Ministro de Estado da Saúde**, em 11/08/2025, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0049592626** e o código CRC **5F1B4C0D**.

Referência: Processo nº 25000.118843/2025-59

SEI nº 0049592626

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Internacionais

OFÍCIO Nº 806/2025/AISA/MS

Brasília, 28 de julho de 2025.

À ASPAR

Assunto: Requerimento de Informação nº 2008/2025. Informação da AISA.

Em atenção ao Despacho , de 14 de julho de 2025, que solicita elementos deste setor para subsidiar a elaboração de resposta ao Requerimento de Informação nº 2008/2025, seguem as respostas disponíveis no âmbito desta Assessoria Especial de Assuntos Internacionais:

Informação Solicitada pela RIC nº 2008/2025

1. O Ministério está se preparando ou tem trabalhado para contribuir tecnicamente para a 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da AGNU? Em caso positivo, descreva esse processo preparatório.

O Ministério da Saúde está ativamente envolvido e tem contribuído tecnicamente para o processo preparatório da Quarta Reunião de Alto Nível (HLM4) da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre a prevenção e o controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e a promoção da saúde mental e do bem-estar.

Atualmente, estamos colaborando na construção da declaração política que será negociada e adotada pelos chefes de Estado e de Governo durante a HLM4. Essa declaração será fundamental para estabelecer uma nova visão e metas ambiciosas no enfrentamento das DCNTs e na promoção da saúde mental em âmbito global.

Cabe destacar que o processo preparatório para a HLM4 é longo e envolve diversas etapas de articulação técnica e política, tanto em nível nacional quanto internacional. Um marco importante nesse processo foi a 78ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA78), durante a qual os Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) discutiram e aprovaram resoluções relacionadas à saúde pulmonar e renal, instituíram o Dia Mundial de Eliminação do Câncer do Colo do Útero, e definiram estratégias para ampliação do cuidado ocular e auditivo e da prevenção. Também foi prorrogado o prazo para o plano de ação global sobre demência, e reafirmado o compromisso dos países com a colaboração multissetorial e multiparticipativa, por meio do Mecanismo Global de Coordenação da OMS sobre DCNTs.

Adicionalmente, temos participado ativamente das discussões regionais no âmbito da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), incluindo as reuniões preparatórias realizadas em Brasília, que tiveram como objetivo identificar,

documentar e disseminar boas práticas que possam ser replicadas em diferentes contextos para reduzir a carga de DCNTs na Região, no intuito de fomentar a cooperação entre os países, promover a troca de experiências bem sucedidas e contribuir para o progresso em direção a sistemas de saúde mais equitativos e sustentáveis.

2. Considerando o envolvimento do Ministério nas discussões preparatórias para a HLM4, quais são ou seriam as estratégias para garantir a transparência no processo de elaboração das contribuições técnicas e do posicionamento brasileiro?

O Ministério da Saúde tem promovido o diálogo com diferentes áreas do governo federal, bem como com outras instituições que trabalham com o tema relacionado às Doenças Não Transmissíveis (DNTs) e à saúde mental, garantindo que o posicionamento brasileiro reflita uma perspectiva ampla e representativa. Além disso, a escuta e avaliação da sociedade civil e de entidades técnicas também é realizada sempre que possível.

Este Ministério pauta suas contribuições em consonância com resoluções da OMS, compromissos regionais no âmbito da OPAS, como a Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA2030), centrada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Ministério mantém comunicação contínua com agências das Nações Unidas, como a OMS, OPAS, UNICEF, UNFPA, além de outros parceiros estratégicos. Essa articulação contribui para o intercâmbio de boas práticas e fortalece a consistência técnica do processo de construção das propostas.

3. O Ministério considerou envolver o setor produtivo para contribuir nas discussões preparatórias para a HLM4? Em caso positivo, sinalize quais setores foram provocados e como tem sido essa participação.

As partes interessadas na HLM4, incluindo representantes do setor produtivo, podem procurar o Ministério para obter mais informações e participar do processo preparatório. Por exemplo, em abril de 2025, o Ministério recebeu a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) para dialogar sobre a preparação do Brasil para a 4ª Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

4. O Ministério tem trabalhado em parceria com outros órgãos e entidades para a preparação da HLM4?

O Ministério da Saúde tem promovido o diálogo com diferentes áreas do governo federal, bem como com outras instituições que trabalham com o tema relacionado às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e à saúde mental, garantindo que o posicionamento brasileiro reflita uma perspectiva ampla e representativa. Além disso, a escuta e avaliação da sociedade civil e de entidades técnicas também é realizada sempre que possível.

O Ministério mantém comunicação contínua com agências das Nações Unidas, como a OMS, OPAS, UNICEF, UNFPA, além de outros parceiros estratégicos.

Foram realizadas reuniões com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), em abril de 2025 (como mencionado), e da ACT: Promoção da Saúde, em junho último.

5. O Ministério compõe a delegação brasileira que participará da HLM4? Se sim, apresente a composição da delegação.

Tendo em vista a temática, o Ministério da Saúde integrará e poderá vir a chefiar a delegação brasileira para a HLM4. A delegação ainda não foi definida.

6. Quais são os principais programas e políticas do Ministério que estão sendo destacados na preparação da HLM4?

O Ministério da Saúde destaca, como prioridade na contribuição técnica à HLM4, as seguintes ações e políticas:

- Atenção integral ao câncer, especialmente infante juvenil (Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer);
- Aplicação da saúde digital no cuidado às DCNTs alinhado a (Rede Nacional de Dados em Saúde – RNDS);
- Reforço à vigilância em saúde e à equidade no cuidado (Política Nacional de Vigilância em Saúde – PNVS);
- Uso de inquéritos populacionais (Vigitel, PNS, PeNSE) para monitoramento de fatores de risco;
- Reforço das estratégias e do apoio à implementação do disposto na Convenção Quadro para o Controle do Tabaco em alinhamento Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT);
- Vacinação como estratégia preventiva em grupos com DCNTs, reconhecendo a vacinação como estratégia custo-efetiva para reduzir hospitalizações e óbitos entre pessoas com DCNTs, conforme prática consolidada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI).
- Adoção de medidas fiscais e regulatórias sobre produtos nocivos à saúde (como o Imposto Seletivo);
- Implementação do Plano Nacional de DCNTs (2021–2030) alinhado com Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs no Brasil 2021–2030 (Plano de DANT);
- Alinhamento da Estratégia Saúde da Família / Política Nacional de Atenção Básica (PNAB);
- Inclusão de distúrbios do sono como fator de risco para DCNTs;
- Inclusão de saúde mental como DCNT, alinhado com a estratégia da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
- Fortalecimento do acesso à atenção especializada, alinhado com o Programa "Agora Tem Especialista";
- Participação social significativa, com base em experiências do SUS e nas diretrizes da OMS (ex. Resolução "Social Participation for UHC" aprovada na

7. Como o Ministério avaliou as considerações temáticas e os princípios gerais propostos na Audiência com Múltiplas Partes Interessadas realizada no dia 02/05/25 pela ONU em Nova Iorque (EUA)? Como eles serão abordados na construção do posicionamento brasileiro?

De acordo com a resolução 79/273 da Assembleia Geral de 6 de março de 2025, o Presidente da Assembleia Geral convocou uma audiência interativa com múltiplas partes interessadas como parte do processo preparatório para a quarta reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a prevenção e o controle de doenças não transmissíveis (DNTs) e a promoção da saúde mental e do bem-estar.

A oitava de múltiplos atores (*multi-stakeholder hearing*, em inglês) ocorreu em 2 de maio de 2025, na Sede das Nações Unidas em Nova York e teve como objetivo promover o compartilhamento de perspectivas, experiências e boas práticas entre os diversos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que se identificam desafios e se propõem soluções práticas sobre doenças crônicas não transmissíveis e saúde mental.

O Ministério da Saúde, embora não tenha participado diretamente da oitava, subsidiou e acompanhou com atenção os debates, que contaram com a participação de diplomatas da Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York. Foi informado dos resultados por meio de relato elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores.

As considerações temáticas e os princípios gerais debatidos durante a audiência são relevantes e dialogam com diretrizes das políticas públicas de saúde brasileiras. Destacam-se, entre os pontos tratados, a importância da abordagem multissetorial e integrada para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), a incorporação da perspectiva de gênero e de equidade na formulação de políticas, os vínculos entre mudanças climáticas e saúde mental, bem como a necessidade de fortalecer o financiamento sustentável e coordenado dos sistemas de saúde.

O Ministério sublinha que muitos dos desafios e soluções apontados no evento, como a integração das DCNTs à atenção primária, a necessidade de considerar os determinantes sociais da saúde, a ampliação de políticas fiscais voltadas à promoção da saúde e a valorização da diversidade de atores na construção de estratégias públicas estão alinhados com os compromissos já assumidos pelo Brasil no âmbito internacional, bem como com ações e programas nacionais.

As contribuições da oitava estão sendo consideradas na construção do posicionamento brasileiro para a HLM4, respeitando os princípios de equidade, integralidade, universalidade e participação social, que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil continuará a atuar de forma propositiva e comprometida com a cooperação internacional e com a implementação de políticas baseadas em evidências e centradas nas pessoas.

8. Será aberta consulta pública para que a sociedade civil em geral possa contribuir para a construção do posicionamento brasileiro para a HLM4?

Não está prevista a realização de consulta pública específica para a HLM4. No entanto, a sociedade civil vem contribuindo de diferentes maneiras, como o envio de sugestões e comentários por e-mail ao Ministério da Saúde e a outras instituições envolvida; realização de reuniões com esses atores; através da atuação

do Conselho Nacional de Saúde; e em eventos públicos relacionados à HLM4, como a oitiva de múltiplos atores realizada em maio de 2025.

Atenciosamente,

MARISE NOGUEIRA
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais



Documento assinado eletronicamente por **Marise Ribeiro Nogueira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais**, em 28/07/2025, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0049356134** e o código CRC **E286FC50**.

Referência: Processo nº 25000.118843/2025-59

SEI nº 0049356134



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 234

A Sua Excelência o Senhor
ALEXANDRE PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

(Datado eletronicamente)

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,
Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

| PROPOSIÇÃO | AUTOR |
|--|---|
| Requerimento de Informação nº 2.008/2025 | Deputado José Medeiros |
| Requerimento de Informação nº 2.240/2025 | Deputada Laura Carneiro |
| Requerimento de Informação nº 2.247/2025 | Deputada Laura Carneiro |
| Requerimento de Informação nº 2.412/2025 | Deputado Dr. Frederico |
| Requerimento de Informação nº 2.573/2025 | Deputado Capitão Alberto Neto |
| Requerimento de Informação nº 2.575/2025 | Deputado Capitão Alberto Neto |
| Requerimento de Informação nº 2.665/2025 | Deputado Capitão Alberto Neto |
| Requerimento de Informação nº 2.698/2025 | Deputado Capitão Alberto Neto |
| Requerimento de Informação nº 2.782/2025 | Deputado Duarte Jr. |
| Requerimento de Informação nº 2.855/2025 | Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência |
| Requerimento de Informação nº 2.978/2025 | Deputado Duda Ramos |
| Requerimento de Informação nº 3.061/2025 | Deputado Capitão Alberto Neto |
| Requerimento de Informação nº 3.067/2025 | Deputado Capitão Alberto Neto |
| Requerimento de Informação nº 3.107/2025 | Deputada Laura Carneiro |

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



Documento assinado por:

09/07/2025 20:19 - Dep. CARLOS VERAS

Selo digital de segurança: 2025-VSGG-KLPZ-EKDH-FROT



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

REQUERIMENTO Nº. , DE DE 2025

(Do Dep. José Medeiros)

Requer que seja solicitado ao Ministro da Saúde a respeito do processo preparatório para a 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNTs).

Senhor Presidente:

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso XIII do art. 15, com o inciso I do art. 115 e com o art. 116, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. que seja encaminhado ao Ministro da Saúde o seguinte pedido de informações, relacionadas à preparação do Brasil para a 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em que os Chefes de Estado e de Governo se reunirão e definirão uma nova declaração política para prevenir e controlar as DNTs até 2030:

1. O Ministério está se preparando ou tem trabalhado para contribuir tecnicamente para a 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da AGNU? Em caso positivo, descreva esse processo preparatório.
2. Considerando o envolvimento do Ministério nas discussões preparatórias para a HLM4, quais são ou seriam as estratégias para garantir a transparência no processo de elaboração das contribuições técnicas e do posicionamento brasileiro?
3. O Ministério considerou envolver o setor produtivo para contribuir nas discussões preparatórias para a HLM4? Em caso positivo, sinalize quais setores foram provocados e como tem sido essa participação.
4. O Ministério tem trabalhado em parceria com outros órgãos e entidades para a preparação da HLM4?





5. O Ministério compõe a delegação brasileira que participará da HLM4? Se sim, apresente a composição da delegação.
6. Quais são os principais programas e políticas do Ministério que estão sendo destacados na preparação da HLM4?
7. Como o Ministério avaliou as considerações temáticas e os princípios gerais propostos na Audiência com Múltiplas Partes Interessadas realizada no dia 02/05/25 pela ONU em Nova Iorque (EUA)? Como eles serão abordados na construção do posicionamento brasileiro?
8. Será aberta consulta pública para que a sociedade civil em geral possa contribuir para a construção do posicionamento brasileiro para a HLM4?

Por oportuno, também solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessários.

JUSTIFICAÇÃO

A 4ª Reunião de Alto Nível (HLM4) da ONU sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNTs), prevista para ocorrer em Nova Iorque (EUA), em setembro de 2025, tem como objetivo dar continuidade aos compromissos assumidos nas três reuniões anteriores de Alto Nível sobre DNTs (em 2011, 2014 e 2018), bem como adotar uma nova declaração política da ONU sobre o tema.

A nova declaração pretende renovar os compromissos de todos os governos para acelerar a prevenção e o controle global de DNTs de tal forma que os países atinjam a meta 3.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): *“até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar”*.

Entre os atos preparatórios para a HLM4, destaca-se, a título de exemplo, a Chamada de *“Boas Práticas de Prevenção, Controle e Vigilância de Doenças Não*





Transmissíveis (DNTs)”, aberta pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), para colher informações apenas de autoridades governamentais nacionais e organizações intergovernamentais.

Assim como esta convocação, outros atos preparatórios têm sido conduzidos sem a participação dos setores produtivos — seja para oferecer subsídios técnicos, seja para acompanhar discussões diretamente relacionadas ao correspondente setor econômico. A ausência de um diálogo inclusivo compromete a construção de uma declaração política equilibrada e colaborativa, que é essencial para o avanço de resultados efetivos em saúde pública, especialmente no enfrentamento das Doenças Não Transmissíveis (DNTs).

O próprio documento da mencionada chamada pública reconhece de forma clara que a interação de fatores de riscos requer a **colaboração multissetorial e o envolvimento de várias partes** na prevenção e no controle das DNTs. A Declaração Política da 3ª Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU também enfatizou que os governos devem abordar uma ampla gama de questões sociais, econômicas e de governança para prevenir e controlar as DNTs.

Além disso, o “*Plano de Ação Global para a Prevenção e Controle das DNT 2013-2030 (MAP-NCDs)*” destaca que o controle das DNTs requer liderança e colaboração coordenada entre os setores, **bem como parcerias com a sociedade civil e entidades do setor privado**.

Embora a contribuição dos Estados na disseminação de boas práticas relacionadas às DNTs seja relevante, a falta de transparência quanto às contribuições do Brasil e sobre o processo de construção do posicionamento que será apresentado em setembro, somada à ausência de participação dos setores produtivos, levanta dúvidas e preocupações sobre o que pode ser apresentado na ocasião e sobre os possíveis impactos que a declaração política final possa ter, tanto para o setor produtivo brasileiro, quanto para a sua efetiva implementação.

Uma declaração política firmada no âmbito da ONU, construída sem a participação de todas as partes interessadas, de quem gera emprego e renda no País e de quem pode contribuir para um progresso significativo do combate às DNTs, pode trazer reflexos diretos sobre inovação, investimentos e a retomada da economia, bem como para o enfrentamento às doenças não transmissíveis.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

Assim, considerando todo o exposto, submeto o presente requerimento a fim de que sejam elucidados os questionamentos discorridos, para melhor compreensão acerca do contexto, da condução dos atos preparatórios e da construção do posicionamento do Brasil para a 4ª Reunião de Alto Nível da AGNU, a fim de resguardar a transparência do processo e a participação dos setores produtivos nacionais.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado José Medeiros
PL/MT

Apresentação: 14/05/2025 10:32:57.517 - Mes

RIC n.2008/2025



* C D 2 5 0 1 4 3 6 5 2 9 0 0 *